

DOR NEGRA: FICÇÃO E HISTÓRIA EM *OS TAMBORES DE SÃO LUÍS*

*Ceres Teixeira de Paula**

Os Tambores de São Luís, de Josué Montello, romance publicado em 1975, revela o empenho do autor em resgatar a memória negra, esquecida num país mestiço como o Brasil, a partir de outra ótica que não a do dominador. O texto presta-se, portanto, a uma análise histórica e literária, já que, no nível da ficção, os acontecimentos são norteados pela história e assentados no inter-relacionamento do discurso estético. O autor recompôs um enredo em que o negro surge como agente, e em que diversas formas de resistência, desde o banzo, a fuga e a organização em quilombos são relembradas. Julião aparece aí como símbolo dessa luta, a partir da qual se criam elementos para o ressurgimento e a consolidação das ações que, aos poucos, modificam o presente para garantir a crença no futuro.

* Aluna do Curso de Especialização em Língua e Literatura Brasileira do Centro Universitário Franciscano. Sua monografia, orientada pela Professora Zília Mara Scarpari, é aqui apresentada na forma de artigo.

Intertextualidade histórica no romance de Josué Montello

A obra *Os Tambores de São Luís* é narrada em sessenta e oito capítulos curtos. O tempo da narrativa decorre durante a madrugada e as primeiras horas da manhã, abrangendo no entanto, pela memória do protagonista, um largo período histórico: o da escravidão no Brasil Colonial até nossos dias.

Damião, o protagonista, aos oitenta anos, sai de sua casa para visitar a bisneta, que a qualquer momento conceberá seu primeiro trineto. Não conseguindo um carro, ele atravessa vários bairros acompanhado pelo baticum dos tambores da casa de Minas, que lhe dá a sensação de reintegração à mãe África.

O que provoca os fatos é a entrada do velho negro num bar para comprar fósforos, encontrando aí dois homens mortos, um negro bem vestido e um branco, o dono do bar. Desencadeia-se, assim, através de sua memória, como um devaneio, a saga dos negros, no Brasil, desde a arrancada da África. Com eles viera Julião, pai de Damião, negro de estirpe nobre. Encontrando forças para lutar, Julião consegue fugir da fazenda onde vivia com a família (sua esposa Inácia, o filho Damião e a pequena Leocádia), quando soube do comprometimento da venda de seu filho. Na fuga põe fogo em parte da fazenda. Depois de semanas de caminhada, encontram uma clareira, onde constroem uma palhoça e um roçado. Aos poucos, outros o sucedem, constituindo-se, assim, um grande quilombo. É nesse mundo de liberdade que Damião amadurece o respeito por si mesmo e o desejo de mudança.

Contudo, Samuel, um dos quilombolas, acaba traíndo a todos, provocando a morte do líder, Julião. Damião, em conseqüência, retorna à fazenda com a mãe e a irmã, e com eles ao martírio da escravidão.

Com o tempo recrudescer a indignação pelo cativo. Doutor Lustosa, o dono da fazenda, acaba morrendo de infarte aos pés de Damião, após espancá-lo brutalmente. O protagonista, então, aos dezoito anos, vai para o seminário de São Luís com a permissão de Sinhá-Dona. Lá encontra uma gama de obstáculos à sua entrada no sacerdócio, por ser negro, e o impedimento maior vinha do padre Pinto. Conta, porém, com a ajuda do bispo e a amizade do Padre Policarpo, que se intensifica, tornando-lhe a vida mais amena, mas o cabildo não o aceita como padre.

Damião vai morar num dos quartos da casa de Genoveva Pia, uma negra liberta, que viera no mesmo navio com seu pai, no ano de 1832. Por essa época, apaixonou-se por Benigna, mulher bonita, altiva e inteligente, embora acabe casando-se, mais tarde, com Aparecida, filha de Padre

Policarpo, concebida na juventude daquele sacerdote. Nasceram seus filhos Janu e Balbino. Damião exulta com a nova vida que leva, agora conhecido como Professor, grande conhecedor das letras.

Matam Genoveva Pia. O professor faz então um discurso a favor dos negros na sala de aula, perdendo o emprego. Ocorre uma grande crise econômica em São Luís. Em três anos conseguira publicar apenas um artigo em defesa dos negros, sendo que a Lei do Ventre Livre não recebera menção na imprensa da cidade. Com o falecimento da esposa, vem a consciência de sua degradação. Por essa época, Damião passara a viver junto aos negros de ganho (escravos que tinham permissão de seus donos para trabalhar por conta própria, porém dando-lhes uma cota de seus ganhos) e um ou outro forro.

Com Dona Santinha, porém, conhece novas expectativas de vida. Agora bem apessoado, torna-se o advogado natural dos negros, consegue levar a julgamento uma grande dama da sociedade maranhense por haver assassinado duas crianças negras, fato verídico aproveitado na ficção.

É aprovada a Lei dos Sexagenários e intensificam-se novas lutas pelo fim da escravidão. São seus pares, entre outros, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco. Há uma atmosfera quase amistosa entre brancos e negros. A Princesa Isabel assina a Lei Áurea. A alegria é geral, mas Dona Santinha falece nesse mesmo dia. Damião, pela segunda vez, perde a amada.

Com a abolição, o problema social torna-se caso de polícia: casos de aliciamento de negros. A República é proclamada. Benigna e Damião re-encontram-se e podem viver, enfim, seu grande amor.

Mas, o que não esperava Damião era que após tantas lutas durante a vida inteira, ele se depararia com o brutal assassinato do filho: o negro bem vestido encontrado morto no chão de um bar, na noite em que nascera o trineto, não era senão Balbino, que tinha voltado a São Luís depois de muitos anos fora do país, na função de piloto da marinha mercante. Diante do fato cruel, pode agora o ilustre professor Damião concordar com o Barão, o escravo que o ensinara a ler e escrever: só na cama, com o rolar do tempo se resolveria o conflito natural de negros e brancos no Brasil. Exemplo disso tinha em sua própria família – ali estava o seu trineto, moreninho claro, como um bom brasileiro.

Falar em escravidão, no Brasil, remete à expansão marítima portuguesa e, com ela, especiarias e escravos negros. A partir de 1530, com o levante da colonização agrícola, passa-se a perceber o índio como obstáculo mercantil à posse e à expansão de concessões de terras.

A Igreja era contrária à escravidão do índio, mas silenciava com relação à escravidão negra. O romance de Josué Montello mostra, em vá-

rias passagens, o desacerto em que se envolve Damião, um ex-escravo. Desde a negação do cabido para a sua ordenação, essa questão é representada principalmente pela figura do Padre Pinto, que dizia, entre outros argumentos: “Não me dou com cheiro de preto” (Montello, 1985, p. 200)¹.

O tormento nos navios negreiros, o processo de dessocialização que se iniciava no próprio navio, pois juntos vinham de preferência negros de tribos diferentes, porque assim evitavam-se revoltas, já que não falavam o mesmo dialeto, são fatos registrados de forma verossímil por Josué Montello:

(...) lembrava os horrores que ouvira de outros negros, inclusive de seu pai, sobre a longa viagem da África para São Luís, meses a fio no mesmo espaço do porão imundo. Eram trezentos pretos, às vezes mais, no mesmo vão exíguo (p. 342).

Depois ficavam algemados em depósitos, magérrimos e doentes, esperando um novo tumbreiro. Na nova socialização, pois era preciso que os negros se adaptassem rapidamente ao novo meio, recebiam novo batismo em solo brasileiro. Ali mesmo na beira do cais eram vendidos por retaliadores (como eram chamados os vendedores de negros locais) e depois distribuídos para as várias províncias brasileiras.

Negros que aqui chegaram de áreas de cultura negra mais adiantada haviam sido elementos ativos em sua sociedade; no Brasil, entretanto, tornavam-se degenerados apenas pela situação de escravo. Exemplo disso temos na página 30: “Ele sabia que vinha de estirpe ilustre, quase toda dizimada na longa viagem do lerdo navio negreiro que o trouxera da África para o Maranhão...”. Além de terem desempenhado entre nós uma função civilizadora, que é a formação da agricultura brasileira, os africanos ensinaram a mineração do ferro, o trabalho com metais e também o enriquecimento da culinária, assim como influenciaram nos hábitos religiosos. Recomeçava dessa maneira sua nova socialização na terra desconhecida.

Segundo Freire (1963), o método de africanização do negro “novo”, aqui seguido, foi o de misturá-lo com a massa de “ladinos”, ou veteranos; de modo que as senzalas foram uma prática de abrasileiramento. O mesmo processo deu-se com o meio físico, a qualidade e o regime de alimentação, a natureza e o sistema de trabalho. E, na sociedade escravocrata onde veio viver, o que importava era a riqueza e o status dos senhores, definidos pelo

¹ Todas as citações do romance referem-se a MONTELLO, Josué. *Os tambores de São Luís*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. Daqui em diante serão acompanhadas apenas pelo número da página.

número de escravos, capazes de cultivar a terra e realizar todos os tipos de serviços domésticos.

A distribuição de escravos, para o interior do país, procedia-se através de retalhistas, alimentados pelos “negreiros” das cidades, como neste exemplo do romance:

– Já a venda está passada em cartório. Impossível pensar em desfazê-la. Além disso, a senhora que nos fez a encomenda e nos encarregou de regularizar os papéis da compra (...) (p. 418).

A condição dos escravos dependia igualmente das tarefas a que eram destinados. Nas cidades trabalhavam de aguadeiros:

(...) negros de Donana Jansen, que voltaram a entrar a horas certas o pregão de outrora:

– Água fresca! A vinte réis o caneco! (p. 320).

Eram pintores, carregadores de tinas de água, de fezes, tonéis de aguardente... Reis (1993) traz o seguinte relato:

Além dos carregadores que iam e vinham, ficavam ali negros de ofício, que consertavam sapatos e guarda-chuvas, trançavam cestos, chapéus e esteiras, faziam colares e pulseiras de contas, talvez carregadores mais velhos agora dedicados a atividades amenas. Havia barbeiros ... E lá também iam as vendedoras de mingau, aberém, caruru e outras delícias; peixe, pão, feijão, milho (...).

Genoveva Pia era uma delas (p. 185).

Nas casas mais simples havia um ou mais escravos domésticos. Nas residências mais opulentas, um batalhão. Eram porteiros, cocheiros, cozinheiras, copeiros, engomadores, pajens, mucamas, entre uma infinidade de atividades. Exemplo é a casa de Donana Jansen, personagem do romance que é conhecida em todo Maranhão pela riqueza, ousadia e maus tratos com os escravos: “Ao seu lado uma mucama bonita, de ar assustado, sacudia o leque de plumas... ao mesmo tempo que a outra preta, esta magra e de avental, com um gorro na cabeça, lhe fazia um gesto” (p. 323).

De todas as condições, a mais insustentável era a dos escravos nas plantações: um exemplo típico é o que encontramos na Fazenda Bela Vista – no município de Tiaruçu – interior do Maranhão, onde os escravos trabalhavam desde as primeiras horas da manhã, até quando não era mais possível

enxergar (p. 114). Principalmente quando estavam a cargo de capatazes dependentes de um proprietário absenteísta.

Ante a crueldade exercida contra eles, as revoltas dos escravos eram constantes; contradizendo-se à cultura popular, os escravos resistiram sistematicamente à escravidão; diz Maestri (1993) que é fato comprovado pela historiografia brasileira.

Entre suas formas de resistência, temos: o justicamento, a fuga, os banzos e os quilombos, que representavam o instrumento de luta por excelência, sustentando-se na negação da ideologia escravocrata. O mais populoso dos quilombos foi o de Palmares, que pôde formar-se graças à desorganização geral produzida pela invasão holandesa em Pernambuco. Inspirado no de Palmares, Josué Montello mostra na sua escritura a formação do quilombo de Julião:

Julião e sua família fogem da fazenda Boa Vista à noite, deixando uma labareda de fogo na casa grande e no canavial. Eles levam quase um mês para aportar naquele pedaço de chão. Erguem sua palhoça e seu roçado. No final de um ano a casa era mais estruturada, e já com alguns animais no terreiro.

Seus companheiros, aos poucos, vão chegando e a clareira é alargada pelas novas choças. Mais tarde foi construída a casa da farinha, a engenhoca, o pequeno cemitério (p. 21).

Julião tinha, principalmente, “a visão da luta social sob a escravidão” (Maestri, 1993, p. 68): “– Óia Damião: home nenhum tem o direito de fazer de outro home seu escravo, só porque nasceu branco e o outro preto (p. 30).”

Os quilombos eram uma estrutura econômico-social, e nelas não era raro encontrar a presença de brancos e índios. Sociedades livres e igualitárias, os quilombos agasalhavam todos os que lhes pediam proteção. Freitas (1980) informa que um relatório à Coroa, em 1917, registra: “pessoas indigentes e criminosas, que por escaparem às penas de seus delitos, procuram o esconderijo dos mocambos dos negros, como asilo seguro”. Diz, ainda, o autor que nem mesmo figuras da classe dominante deixaram de buscar refúgio nos quilombos. Tal o caso de Bernardo Vieira de Melo e Pedro Ivo, perseguidos pela participação, respectivamente, na Guerra dos Mascates e na Praieira. O quilombo de Julião abriga, por exemplo, o Barão Altino Celestino dos Anjos que mesmo sendo negro-escravo fazia parte da elite culta do país.

Todas as formas de lutas consagradas pela historiografia são trabalhadas no romance, sobretudo as fugas (p. 21-22). Os negros fugitivos escondiam-se na casa de Genoveva Pia, que não suportava o cativo e propiciava a seus pares traçarem um rumo para as suas vidas. Genoveva Pia viera de contrabando para o Brasil, depois conquistara sua liberdade. Agora trabalhava por seus irmãos negros (p. 185).

As mortes que inculciam a si mesmos, eram uma forma de libertação, como os escravos do Dr. Lustosa, que se mataram por acharem penosa demais a função que lhes davam (p. 55).

O movimento abolicionista no Brasil é testemunhado a todo momento no livro de Montello: “Agora, todo ele era pouco para a luta em que se empenhava, falando, escrevendo, agindo. A atividade dos últimos meses... correndo do Foro para a polícia, do Bar do Beco da Prensa para o sobrado do Centro Abolicionista Maranhense” (p. 550).

Durante todo o primeiro reinado, as exportações brasileiras foram inferiores às importações, gerando enormes dificuldades e problemas financeiros. Para equilibrar a balança comercial, o governo fazia empréstimos em bancos estrangeiros (dívida externa), gerando, dessa forma, uma grande crise social e econômica para o país. Mas a “questão política estava sob controle”. A escritura do romance, mesmo sendo de cunho regionalista, representa o universal, ou seja, a situação brasileira. Montello registra: “dois anos antes, com efeito, que a praça de São Luís entrara a debater-se numa crise muito grave, de que ainda se ressentia” (p. 364); ou ainda, para dar maior veracidade, ratifica: “serenados os ânimos, outras crises surgiram” (p. 365).

A crise econômica do período regencial gera focos de insatisfação popular em várias províncias. A onda liberal e reformista da Europa do XIX influenciou também o Brasil. As camadas populares e as classes médias urbanas reivindicavam seu direito de participar do poder político nacional. Depois de 1822, as exigências, após terem sido canalizadas contra a Metrópole, agora convergiam ao governo central do Império. Em meio às crises, a classe dominante brasileira mantinha-se firme e no afã de organizar um aparelho de Estado, capaz de impor a sua autoridade em todo o território nacional. Era, portanto, necessário rechaçar de todas as maneiras as forças separatistas ou divisionistas que se organizavam nas províncias.

O negro além de povoar, criar riquezas, transmitir cultura, também teve sua participação em quase todos os movimentos sócio-políticos que se desenrolavam no Brasil. Durante a sua trajetória social e histórica houve a participação do negro escravo ou livre. Reis confirma (1993): “(...) eles constituíram, não apenas redes de relações econômicas e sociais, mas de relações políticas também”. De fato, o negro participou nas lutas pela

expulsão dos holandeses, nas lutas pela independência e a sua consolidação, na Revolução Farroupilha (1835-1845). Maestri (1993) revela: “De certa forma, os negros seguiam os senhores na guerra como os seguiam quando lhes acenavam uma melhor remuneração. O que não quer dizer que esta luta não lhes dissesse respeito” (p. 78).

É o que demonstram os movimentos radicais da plebe rebelde, como a Cabanagem no Pará (1835-1840); a Inconfidência Mineira (1789), a Inconfidência Baiana (1798), a Sabinada (1834-1838), a Balaiada (1838-1841). A Balaiada foi uma das mais importantes revoltas de caráter popular e explodiu no Maranhão. Este atravessava uma grave crise econômica. Os que mais sofriam as conseqüências eram as populações pobres. Cansada de tantos sofrimentos, a multidão lutou contra as injustiças, a miséria, a fome, a escravidão e os maus tratos. Além disso, havia uma insatisfação política por parte da classe média, que formava um grupo chamado “Bem-Te-Vis”. Seus principais chefes foram: Manoel dos Anjos Ferreira, Raimundo Gomes e Cosme Bento das Chagas – um negro, que liderava três mil escravos.

Montello registra o episódio histórico através de um personagem, o escravo Barão Altino Celestino dos Anjos – vulgo Barão, como gostava de ser chamado. Um homem instruído, bem falante, com grande visão política e que recebera o título, “por obra e graça do sempre lembrado Dom Cosme Bento das Chagas, imperador, tutor e defensor das liberdades Bem-Te-Vis, injustamente enforcado pelo Governo São Luís” (p. 23), após tê-lo servido.

Entre os anos de 1850-1870, o país envolve-se em lutas externas com países do Prata, às quais o romance também faz referência: “Damião em suas reminiscências lembrava de ter visto na Igreja da Sé, os Voluntários da Pátria que partiam para a Guerra do Paraguai. Depois vira-os partir, porém o que não podia conceber, qual a razão de irem lutar, se eram escravos” (p. 347).

Moura (1989) informa, aliás, que desde as primeiras lutas sociais no Brasil que o negro ao delas participar, conseguiu ampliá-las e transformá-las em lutas sócio-raciais (p. 39-40).

Em 1826, um acordo assinado entre Inglaterra e Portugal resolvia que dali a três anos o comércio de escravos seria considerado crime de pirataria. Em 3 de maio de 1830, origina-se a lei de 7 de novembro de 1831, declarando no artigo 1º que todos os escravos que entrassem no território ou portos do país seriam livres, nascendo, daí o dito popular: “Para inglês ver”, porque a lei não foi cumprida, ocorrendo um súbito incremento da entrada de escravos, estimulada pela ameaça da próxima lei de extinção do tráfico. Através de dois de seus personagens, a ficção relata o desrespeito à lei. Um é Genoveva Pia: “– Nós veio da África no mesmo barco, meu fio. Ele era novinho, como tu. Brabo que só ele. Bateram nele o tempo todo da viagem; e ele firme, sem dobrar a cabeça.

Home como do Diabo. Nós veio de contrabando. Ele foi pro sertão, eu fiquei aqui” (p. 185). Outro é o escravo barão:

Desde 1931, vê bem, há uma lei dizendo serem livres todos os escravos que viessem de fora. Os pretos que aqui entraram, depois disso, vindos da África, não podiam ser escravos. Mas foram. A maioria dos pretos que hoje em dia estão nas senzalas daqui veio assim. São os negros de contrabando, como dizem os brancos. Teu pai e tua mãe chegaram em 1932 (p. 427).

Ocorrem graves tensões anglo-brasileiras; então o Reino Unido decide tomar medidas mais drásticas. Na realidade, o que pretendia o Brasil, era que as leis caducassem e, então, cessaria o direito de visita e busca, bem como a legalidade das comissões mistas de julgamento inglesas. Fimdo esse compromisso bilateral, o problema seria relegado a uma questão interna. A Inglaterra, então, lança a Lei Aberdeen, lei esta que executava o tratado de 1826. O Brasil, vendo-se num impasse entre exigir sua soberania pela força (o que não era possível), opta, então, pela saída emergencial: a extinção do tráfico em seu meio, através da legislação interna, com a lei Eusébio de Queiroz, então Ministro da Justiça do Gabinete dos Viscondes de Olinda e Monte Alegre. Navios negreiros são apreendidos, afundados ou incendiados em Macaé, Cabo Frio e Paranaguá; ancoradouros, enseadas e baías são sistematicamente revistados por ingleses.

Enquanto as leis dos homens corriam contrárias, as da natureza os aproximavam. A miscigenação era fenômeno geral em todas as colônias. Foi mais intensa nos domínios latinos. Assim, surgiu gradualmente uma classe de mulatos livres.

Conforme Freire (1963), no século XIX, no litoral ainda era possível um colono casar suas filhas com europeus, porém, nas capitâneas do interior, o mulatismo torna-se “um mal necessário”; isto dava-se devido à união irregular de brancos com as negras, muitas vezes suas escravas. Segundo o autor, as leis brasileiras e portuguesas facilitavam o perfilhamento dos filhos ilegítimos. Neste sentido, Montello descreve, através de Genoveva Pia, a descendência do Padre Policarpo:

– Conheci a mãe dele, a Bárbara dos Santos, preta como eu, escrava do Quim Barateiro, um português já véio, com idade de ser pai dela. A Bárbara, muito novinha, apareceu de barriga, e teve a criança na casa do Quim, com a Zeferina Rezadeira (...). O menino nasceu com o pescoço grosso do pai. E mais pra preto que pra branco. Ele ainda era pequeno quando o pai morreu. Na hora de abrir o testa-

mento do Quim Barateiro, a Bárbara tava forra e o fio também. (...) Uma parte do dinheiro dele era para educar o menino pra padre (...) (p. 284-85).

O Barão, personagem do romance, tinha a convicção inabalável de que o cativo no Brasil terminaria através da cama, do entrelaçamento de um branco com uma negra, uma negra e um branco. E muitos filhos ele próprio tinha espalhados pelo Maranhão:

– Eu tenho um modo muito meu de combater a escravidão. Sempre que posso, papo uma branca, mesmo feia, e deixo um filho na barriga dela; devo ter feito com a força de meu birro, mais de duzentos mulatos e mulatas, que andam por aí (...) se cruzaram com brancas e brancos, e os mestiços que daí nasceram são quase brancos como os brancos de olho azul (p. 428).

Damião também observa isso, quando vai visitar Mr. Youle, com quem discutiria sobre a ilegalidade de o inglês dar, na festa de São Benedito, dinheiro para liberdade de um negro. Damião não aceita a oferta, pois contraria a convicção de sua luta. O personagem justifica sua recusa dizendo: “os negros ajudaram a construir esta pátria. Já conquistaram na paz e na guerra o direito de serem livres. Mas livres por um direito deles. Não por uma compra ou por um favor” (p. 520); mas na casa do inglês encontra apenas a sua mucama: “Pelos olhos verdes de seus três filhos, via-se que Mr. Youle soubera ser sensível à graça da negra” (p. 518).

Essa questão é várias vezes reiterada através de exemplos ímpares de personagens da História de nosso país. Entre eles: Viriato Correa, Gonçalves Dias, citados no próprio livro:

Viriato Correia que ele vira menino, de cabelinho espiçado, muito serelepe, (...) já lhe mandara do Rio de Janeiro, com uma dedicatória feliz, o seu novo livro, *Os contos do Sertão*. (...) O poeta Gonçalves Dias, por ser bastardo mestiço, não pudera casar com a Ana Amélia Ferreira Vale (...) (p. 608).

Enfim, Damião, ao olhar o neto, imediatamente lembra-se do Barão: “Tinha ali mais uma vez a prova, na sua própria família. Sua neta mais velha casara com um mulato; sua bisneta, com um branco, e ali estava o seu trineto, moreninho claro, bem brasileiro” (p. 608).

Começa a ganhar voz a emancipação dos negros, vozes isoladas que reclamavam em nome de idéias humanitárias e, sem muita convicção, a reforma da estrutura econômica e social do país. A ficção registra:

No Centro Artístico Abolicionista Maranhense, aonde ia agora pelo fim da tarde, via crescer o número de companheiros, à proporção que chegavam do sul as notícias animadoras da campanha de liberdade dos escravos. Eram estudantes, professores, poetas, operários, moços do comércio, gente do povo, e todos ali se confraternizavam, cada um a dar a contribuição entusiástica de seu trabalho à causa comum (p. 550).

Vários projetos abolicionistas são derrubados na Câmara dos Deputados. Em 1880 é apresentado um projeto pelo deputado paulista Moreira de Barros, que proibia o tráfico interprovincial – bloqueado pelos deputados do norte. Em 1881, candidatos abolicionistas são derrotados nas eleições.

No ano de 1871 é aprovado no Parlamento brasileiro a Lei nº 2.040 de 28 de setembro, chamada Lei dos Nascituros ou Lei Rio Branco, do nome de seu autor, mais conhecida como a Lei do Ventre Livre. Para o personagem Damião, “essa lei não passava de uma burla à liberdade dos negros, pois eles nasceriam e cresceriam nas senzalas, debaixo do chicote de seus senhores, e só aos vinte e um anos seriam livres” (p. 375). “Lembrava de sua alegria quando a lei fora sancionada. Muita festa, muito foguete, muito tambor nas senzalas. Tempos depois percebeu a farsa” (p. 535).

Grahan (1979) diz que o papel que os abolicionistas desempenharam na campanha da abolição foi importante, mas não decisivo. Eles apelaram para as exigências dos novos grupos urbanos que surgiram após a Guerra do Paraguai. Esses grupos, através da propaganda, estimularam a fuga em massa de escravos. Assim, fazendeiros preferiram legalizar a situação. Houve portanto influências externas.

Em São Paulo, ocorre revolta dos escravos de uma fazenda. Eles marcham sobre Campinas, combatem no caminho e se rendem, isto no ano de 1882. Em 1883 a escravidão é extinta em Fortaleza, consumada em 1884, no Ceará e também no Amazonas. Ocorre então a entrada do Projeto Dantas na Câmara dos Deputados. O romance revela o fato no intertexto:

E junho estava a findar, ainda os cantos do bumba-meu-boi na ilha de São Luís, quando a pacotilha, na sua primeira página, entre os telegramas vindos da corte, publicou as declarações do Senador Dantas à Câmara dos Deputados, como Presidente do Conselho dos Ministros, a propósito do cativo (p. 534).

Esse projeto era um pretexto de libertação dos sexagenários, criando-se um mecanismo de emancipação dos escravos mediante indenização aos proprietários. A redação preliminar da lei foi redigida por Rui Barbosa e apoiada por abolicionistas. Na realidade, o trabalho do escravo de mais de sessenta seria de pouca valia. O Barão, personagem lúcido e crítico, já o havia dito há treze anos atrás, quando ouviria os tambores tocando em rejubilo com a Lei do Ventre Livre: “tornaram a enganar os pretos, Major. Ninguém ficou livre. Continua tudo debaixo do chicote” (p. 535). A análise do Barão não poderia ser mais lúcida na compreensão do texto da lei:

São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei; ficando, porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos (Freitas, 1980, p. 118).

Coincide a citação histórica com a escritura literária:

– Quer isso dizer – continuou, ainda de pé – que o escravo, depois de ter sido explorado a vida inteira, tem de trabalhar para o seu senhor ainda mais três anos, já sexagenário, para fazer juz à sua alforria (p. 539).

Esmorece, em 1885, o movimento emancipador na expectativa do Projeto Dantas. Ocorre a extinção da escravatura em Porto Alegre. Em maio do mesmo ano há a queda do Ministério Dantas, devido à desconfiância. Ainda, em 1885, é aprovado o Projeto Dantas, porém com algumas ressalvas, visto que as indenizações que queriam os proprietários seriam para financiar a imigração de trabalhadores europeus para as províncias do café. Agora Lei Saraiva Gotegipe.

As mudanças vieram através de transformações, na economia e na sociedade brasileira. A primeira consistiu na ascensão das exportações de café e na expansão das novas regiões cafeeiras; a segunda, no crescimento e importância das cidades. A Revolução Industrial, na Europa e nos Estados Unidos, fez com que houvesse aumento de população nos grandes centros, e maior gastos com artigos de luxo. A tecnologia de ponta diminuiu o custo de mercadorias. A exportação de café aumentou a ponto de perturbar as relações sociais e econômicas estabelecidas, estimulando a construção de estradas de ferro (1868) e, com ela o avanço da fronteira econômica (Oeste de São Paulo). A prosperidade cafeeira de São Paulo gerou os grandes fazendeiros, homens sem ranços de tradição e com grande vanta-

de de prosperar, lutando por interesses rurais, considerando sua terra um capital, ao contrário dos grandes possuidores de terras e escravos. Crescem os negócios internos do país e empregam uma grande quantidade de pessoas. A característica principal da época é o crescimento urbano, e com ele novas posturas.

Posturas modernas. As relações pessoais começam a perder importância. Com o desenvolvimento da economia de exportação, a cultura é orientada pela Europa. Percebe-se a influência européia na moda do vestuário, nos hábitos alimentares, nos estilos arquitetônicos; “(...) situam-se no perímetro urbano de São Luís, umas junto das outras, como a se protegerem mutuamente contra as transformações por que vem passando a cidade” (p. 257), completa o autor do romance.

Os oficiais militares, os engenheiros e os industriais são os tipos urbanos que mais se evidenciam. Na década de 1870, as fundições de ferro, as indústrias têxteis, as fábricas de calçados e chapéus mostravam um crescimento significativo.

Os centros urbanos estavam agora formados por um grande número de negociantes e burocratas ligados à economia de exportação e também por empresários, industriais, engenheiros, oficiais e os tipos da velha aristocracia, porém com nova mentalidade. O interesse é uma sociedade dominada pelo lucro, pela mobilidade social e pelo individualismo, contrária à escravidão, constrangedora na formação do capital. Começa então a chegada de trabalhadores europeus (p. 204).

Assim, a sociedade mobiliza-se numa pressão também política e, no ano de 1888, a Princesa Isabel declara livres todos os escravos, Lei nº 3.353 de treze de maio do mesmo ano, ratificando a relação capital-trabalho-homem livre.

O exemplo maior do sentimento de batalha lúcida, pelo qual, após muitos contratempos vê-se agraciado, é o que experimenta Damião, quando, “sabendo que afinal chegara a notícia da abolição do cativo, ali mesmo na sacada da janela, olhando a multidão aproximar-se, começou a chorar (p. 558).

Logo após a Abolição, os problemas começaram a aparecer. Os negros, agora libertos, vadiavam pela capital, sem emprego, sem casa, sem direito a ter direitos. O livro de Josué Montello testemunha essa marginalização do escravo recém-liberto:

Vagam pela Praia Grande, dormindo na orla do cais ou no interior dos barcos que ali pernoitam, e vivem disputando entre si, por ínfimo preço, todo e qualquer trabalho. Outros já estão juntando o lixo na rua, para comer os restos

ali deixados. Não há ponta da cidade em que eles não estejam, seminus, maltrapilhos, cheirando mal, de olhos encovados, e já na iminência de cometerem desatinos (p. 580).

Alguns pensaram numa forma de tornar a emancipação menos brutal. A exemplo disso, José Bonifácio fez um projeto, em que previa que o escravo velho ou doente continuaria a ser mantido pelo seu senhor, evitando que caísse na miséria, assim como os libertos sem ofício receberiam uma pequena sesmaria de terra para o cultivo. Essa preocupação com o amparo de pensões e distribuições de terra para os alforriados foi totalmente esquecida, sob o temor do parcelamento das fazendas.

Nada disso se fez, nem escolas de artífices e nem de educação primária. O trabalho escravo foi substituído pelo assalariado, com a permanência dos mesmos hábitos de disciplina social:

Desesperado, Damião procura o presidente da Província, alguém deveria fazer alguma coisa. Mas, sabe que o problema que agora vai enfrentar é social. O mandatário concorda com o professor e diz que a abolição foi um movimento passional, tanto de um lado como de outro e, que deveriam ter sido adotadas medidas, desde 1871 (Lei do Ventre Livre), transformando o trabalho escravo em trabalho livre, sem prejuízo à economia do país (p. 580).

Freitas (1980) relata que o novo sistema, “em lugar de eliminar radicalmente o antigo, absorveu-o em larga medida. A revolução, a bem dizer, perpetuou a ordem antiga no momento em que a negava. A antiga classe dominante se metamorfoseou e desta forma até conseguiu ampliar sua base de dominação” (p. 156).

O regime que se apoiava nos donos de escravos agora começava a ficar sem sustentação, porque novos grupos sociais estavam desejosos de participação política. A Monarquia era empecilho para a modernização exigida pelos barões do café e empresários urbanos, setores sociais que influenciaram a queda do sistema. O Partido Republicano funda-se em 1870, cresce rapidamente a campanha e a expulsão final é dada pelos militares, através de uma conspiração. A República é proclamada no dia 20 de novembro de 1889 e, mesmo contrário a ela, Damião acaba aceitando o regime, pois na sua concepção, agora, todos são irmãos: “Se a República estava mesmo sendo proclamada, ali estava também a notícia de que a Nação não

ficara dividida: exército e povo se haviam irmanado. Dos males, o menor: antes assim” (p. 593).

A História mostra que fora da África, o Brasil é a maior nação negra da terra, com um total de 70,4 milhões de brasileiros negros ou descendentes de negros, informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Essa população representa 45% da população brasileira. Apesar da percentagem, os negros, em sua maioria, ainda continuam exercendo o mesmo papel de antes.

Recursos narrativos e verossimilhança

Preocupado com a verossimilhança do romance, Josué Montello empreendeu uma profunda investigação bibliográfica. Testemunhos disso são o posfácio da obra, “História deste livro”, bem como a própria ficção, integrando o uso de dicionário e precisões geográficas registradas por pesquisadores:

A casa é baixa, rente à calçada da rua, e já deve ir a caminho de dois séculos. Não se sabe dizer ao certo quando foi construída. Nada existe sobre as suas origens nos papéis da municipalidade. O Dr. César Marques, no seu prestimoso Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão, publicado em 1870, silencia sobre ela. (...) Lê-se em João Francisco Lisboa que, ao lado da igreja primitiva, que domina a cidade com as suas torres caiadas, agregaram-se umas casinhas agachadas e baixas (p. 257).

Nas páginas do romance, revela-se também o recurso à tradição oral: “Tudo quanto se sabe não tem a limpidez do testemunho histórico: limita-se à tradição oral” (p. 259); “– Às vezes, onde Golias não pode com sua força, pode Davi com a sua funda” (p. 370); “com jeito, bota-se no rabo de qualquer sujeito” (p. 424).

Fundem-se realidade e imaginação, quando o autor relembra o processo do famoso crime da baronesa do Grajaú, caso real, acontecido ainda no Império, cujo documento lhe forneceu o Senador José Sarney:

Eu havia pensado incluir no livro, como um de seus episódios capitais, o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império. Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administra-

tivas de reitor, fui almoçar em casa do Senador José Sarney. Conversa vai, conversa vem, e entre o tinido dos talheres e a mudança dos pratos, falei-lhe do crime, para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos:
– Aí tem você o processo da Baronesa. É seu (História deste livro, p. 514).

No nível da ficção, a baronesa é apresentada como Dona Ana Rosa:

O que ele notou primeiro foram os seus olhos rasgados, levemente oblíquos, e muito negros, os cílios longos. A boca cerrada, de lábios finos, parecia contrair-se para calar bem o seu segredo, e só as rugas laterais, que lhe desciam da asa do nariz, e mais as olheiras acentuadas, que lhe arroxavam a pele acima dos pômulos salientes... (p. 494).

Para garantir o efeito de real, o autor utiliza-se de várias técnicas, além das referências históricas.

Poderíamos citar um elenco de escritores, entre eles Gonçalves Dias e Viriato Correia, mas é Sousândrade quem mais está presente no livro. Talvez com o propósito de recuperar a memória de um autor que ainda hoje está à margem dos programas da literatura. Talvez, sobretudo, pela lucidez de sua crítica com relação a um país escravocrata, cuja única saída era tornar-se aberto para a liberdade e o progresso, no que concordava o seu amigo Damião:

– Li a lei que o amigo teve a bondade de me mandar. De fato, o que ali está é uma inquietude... Na verdade, já o Dr. Sousândrade, por esse tempo, era o homem solitário, com a dupla fama de sábio e de lunático. Viajara pelo mundo, em Londres publicara o seu poema *O Guesa*, proclamava-se republicano, morava nos Estados Unidos, e vovlera a São Luís, já pobre, para viver isolado (p. 539).

Muitos outros elementos justificam a preocupação do autor com o efeito de real; seja através de detalhes que atestam a moda de uma época: “resguardado do sereno pelo chapéu inglês” (p. 12); “(...) um atelier fotográfico muito bem aparelhado para tirar retratos pelo novíssimo sistema de ombrótipo, sobre cristal, malacacheta e encerado” (p. 190); “(...) o tinido das ferradu-

ras dos cavalos, puxando' as seges e as carruagens, ou galopando com algum cavaleiro" (p. 325); seja através da topografia de São Luís ou de referências ao mapa da cidade antiga:

A Casa Grande das Minas, ou simplesmente Casa das Minas, tem outra peculiaridade, que ajudo a reconhecê-la: fica de esquina, parecendo descer ladeira abaixo, no pedaço de rua a que deu nome: o Beco das Minas (...). No rodar do tempo, a casa não mudou. O que era ontem, na época do cativo, continua a ser hoje, na época da liberdade (...) o mesmo santuário, e o mesmo terreiro de chão batido (p. 258).

Seja através do falar afro-brasileiro, talvez o traço mais fidedigno da ambientação do romance:

– Tem sordado do governo te procurando – preveniu o Prudêncio, que falava depressa e cantado. – Nós apanhou como bicho, e não disse onde tu tava. Até nos jorná de São Luís se falou que tu fugiu, depois de tocar fogo na casa de teu sinhô (p. 21).

– Antão é tu, Damião? E sozinho na estrada? Cadê tua gente, cumpanheiro? Nunca mais ouvi falá de ocês. Tá tudo vivo? (p. 45).

(...) O feitor jurou que ia quebrar teu orgúio. T'ái no que que deu esse jeito de andar cum a cabeça pra riba (p. 55).

– Tu não morre cedo, Damião. Agorinha mesmo eu tava pensando: gente, que é feito do Damião? E tu veio chegando. Tudo bem pro seu lado? A muié? A fia? A véia Calu? O resto do pessoá? (p. 313).

O registro da fala das personagens (Prudêncio, Samuel, Malvina e Genoveva) evidencia a desigualdade cultural do povo negro, porém, eles fazem esforço para chegar o mais próximo possível do discurso do seu dominador. Montello não tem a intenção que a sua obra esteja no plano do documento, mas tudo concorre para tornar a narrativa verossímil.